

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

## TRADIÇÃO DE PESQUISA EM CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Marcello Angotti;<sup>1</sup>  
Rosenery Loureiro Lourenço;<sup>2</sup>  
Adolfo Henrique Coutinho e Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

A Contabilidade Socioambiental (CSA) tem se fortalecido como campo de pesquisa e internacionalmente tem agregado conhecimento de cunho teórico e prático. A partir da categorização proposta por Rayn, Scapens e Theobald (2002) na qual as principais tradições de pesquisa em contabilidade são representadas por finanças, contabilidade financeira e contabilidade gerencial, este ensaio busca discutir se a CSA tem se fortalecido a ponto de ser considerada uma nova tradição de pesquisa, ou se constitui-se parte das tradições presentes. A discussão inicia apresentando a origem de pesquisas em CSA, em seguida sintetiza um breve perfil da produção recente, e confronta as metodologias adotadas a partir de paradigmas aplicados à contabilidade para subsidiar a reflexão proposta. Sem pretender esgotar todas as possibilidades sobre a questão apresentada, o ensaio evidencia que a trajetória crescente da CSA ainda enfrenta desafios cruciais tanto na academia quanto no ambiente profissional. As observações mencionadas permitem despontar que a CSA têm condições para se firmar como uma nova tradição de pesquisa, apesar de ser um campo recente. Compartilha os mesmos pilares da contabilidade tradicional, navegando pelas três matrizes disciplinares. Trata-se de uma especialização, um conjunto de informações que exige novas capacitações e interlocuções com outras áreas do conhecimento.

**Palavras-chave:** Contabilidade Socioambiental; Pesquisa Contábil; Paradigmas.

---

<sup>1</sup> angotti@gmail.com. Universidade Federal de São João Del-Rei

<sup>2</sup> roseneryll@gmail.com. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

<sup>3</sup> adolfocoutinho@uol.com.br. FACC-UFRJ

## 1. INTRODUÇÃO

Smith (2003) menciona que os pesquisadores nas Ciências Contábeis são dependentes de teorias de outras áreas, usam métodos adaptados das ciências naturais e das ciências sociais e utilizam muitos instrumentos provenientes da literatura de comportamento organizacional. No entanto, não se pode afirmar que essa dependência de trabalhos de outras disciplinas enfraqueça a construção de um corpo de conhecimento, ajustado para buscar a solução de problemas específicos da área.

Ryan, Scapens e Theobald (2002) corroboram com esse entendimento de que há fortalecimento da pesquisa contábil por meio da combinação com outras disciplinas. Segundo os autores, contabilidade e finanças são disciplinas acadêmicas relativamente recentes, mas seus limites foram alargados e o conhecimento se ampliou consideravelmente a partir da inserção de “outras formas de ver o mundo” para prever e explicar fenômenos contábeis, e isso inclui teorias econômicas, psicológicas, organizacionais, sociais, dentre outras.

A Contabilidade, talvez, tenha seu caráter científico nesse entrelaçamento de teorias, métodos e instrumentos aplicados para a avaliação da entidade e o *accountability*<sup>4</sup>, para que sirva de insumo à tomada de decisão dos diversos agentes econômicos. Mas de que forma tais metodologias, métodos e teorias tem sido empregadas no contexto da pesquisa contábil? O desenvolvimento da pesquisa em contabilidade é notavelmente orientado para três grandes tradições de pesquisa – Finanças, Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial. Em uma tentativa de apontar um período inicial para esse desenvolvimento acadêmico, pode-se dizer que as décadas de 1950 e 1960 foram significativas, com multiplicação das pesquisas empíricas na década seguinte.

Sob o enfoque de Finanças, a tradição implica no desenvolvimento de modelos teóricos, testados para validar hipóteses, por meio de dados empíricos. Essa tradição é fortemente enraizada na metodologia positivista, tendo alcançado alto grau de sofisticação. Uma das abordagens para o desenvolvimento da teoria financeira baseia-se, centralmente, na pesquisa econômica neoclássica (RYAN; SCAPENS; THEOBOLD, 2002).

Com tradição predominantemente positivista, a pesquisa em Contabilidade Financeira se confunde com o objetivo das demonstrações contábeis, em função disso, nessa área, sempre houve um embate entre teoria e prática. A tradição de pesquisa em Contabilidade Financeira, de acordo com Ryan, Scapens e Theobald (2002) segue uma forma fraca de realismo – teorias são entidades utilitaristas que só têm valor na medida em que suscitam generalizações empíricas. No panorama recente, predominam as perspectivas da medição e da informação, procurando desenvolver teorias dependentes do contexto – uma preocupação com a interpretação da realidade prática – com base nas configurações institucionais específicas.

A tradição de pesquisa em Contabilidade Gerencial emergiu com as técnicas incorporadas da contabilidade de custos, que foram ampliadas para atender as necessidades informacionais dos gestores, com ênfase em pesquisas que tentaram explicar as práticas de Contabilidade Gerencial observadas. Teorias comportamentais e organizacionais foram introduzidas nessa tradição de pesquisa, mas não representaram uma grande mudança metodológica. De fato, uma ampla mudança tem sido promovida pelas teorias sociais, sob as abordagens interpretativa e crítica, para entender e criar condições em que mudanças sociais sejam possíveis (RYAN; SCAPENS; THEOBOLD, 2002).

Considerando que a pesquisa é, de acordo com Ryan, Scapens e Theobald, uma atividade que serve tanto para aprender quanto para entender o ambiente em que se está inserido

---

<sup>4</sup> O significado do conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

e o impacto exercido sobre ele, as pesquisas em contabilidade ao seguir estas diferentes tradições exploram o ambiente sob habilidades individuais dos pesquisadores e utilizam-se de métodos e metodologias por vezes conflitantes e paradoxais, elementos estes que lhes dão peculiaridade na trajetória do conhecimento.

Nesse aspecto, ao ponderar sobre o histórico da pesquisa em Contabilidade, observa-se que uma área que tem recebido destaque recentemente é a Contabilidade Socioambiental (CSA), por isso, cabe questionar se seria essa uma emergente tradição de pesquisa em contabilidade ou estaria ela definitivamente inserida nos mesmos moldes mencionados. Em busca de resposta para tal questão, faz-se necessário identificar: i) contextos sociais e econômicos e, trabalhos seminais que culminaram no surgimento da CSA; ii) o perfil de pesquisas recentes em CSA; iii) perspectiva de pesquisadores da área para pesquisas futuras; iv) abordagens paradigmáticas das pesquisas em CSA.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO E TRABALHOS SEMINAIS EM CSA

Atualmente a Contabilidade Socioambiental constitui-se uma extensão da divulgação em áreas não tradicionais, tais como informações sobre empregados, produtos, serviços à comunidade e a prevenção ou redução da poluição. No entanto, o termo CSA também é usado para descrever uma forma abrangente de contabilidade que leva em conta as externalidades, que se referem aos efeitos causados pelos processos de produção ou de consumo que afetam ou beneficiam terceiros que não participam da transação. Organizações do setor público também podem ser avaliadas dessa forma, embora a maioria dos autores concentre-se em organizações do setor privado.

Uma questão muito complexa seria tentar prever quando surgem as preocupações do homem com o meio ambiente e as questões sociais, enxergando seu papel enquanto agente causador dos danos sociais e ambientais. Há registros no Brasil de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do meio natural já em meados do século XVIII, como explorado no livro ‘Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista’ (PÁDUA, 2004), muito antes do que se imagina como sendo a origem dessa discussão.

Outro debate, talvez mais efetivo, que pode direcionar para a ascendência da Contabilidade Socioambiental se dá na obra ‘*The modern Corporation and Private Property*’ (BERLE; MEANS, 1932). Apresentados como os pais da Responsabilidade Social Corporativa, os autores desentrem a forma como se enxergavam as corporações, trazendo novos aspectos a serem considerados. Dentre os aspectos, um deles, quiçá o mais relevante, trata da despersonalização da propriedade privada, por meio da independência dos agentes controladores e acionistas/proprietários.

As instituições deixaram de ser exclusivamente empresas comerciais e assumem uma conotação de organização social. Por um lado envolve a concentração de poder no campo econômico comparável à concentração de poder religioso da Igreja medieval ou do poder político do Estado nacional. Por outro lado, envolve a inter-relação de uma grande diversidade de interesses econômicos – os interesses dos proprietários, que fornecem o capital; os dos trabalhadores que criam; os dos consumidores, que dão valor aos produtos da empresa; e os interesses das pessoas que exercem o controle.

Segundo Berle e Means (1932, p. 276) “há uma guerra constante entre indivíduos que exercem o poder e aqueles que estão sujeitos a esse poder”. Para os autores há um desejo permanente pelo poder e, da mesma forma, há um desejo de convertê-lo em favor da maior parte dos indivíduos por ele afetado. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma pressão social,

exigindo que o poder das corporações seja compartilhado em benefícios dos grupos interessados, pode ser apontado como o início das demandas informacionais – especificamente sociais e ambientais – para os *stakeholders* secundários.

A literatura internacional acerca da Contabilidade Socioambiental, porém, parece dar mais relevância para os acontecimentos oriundos da segunda metade do século XX. Na década de 1960 uma nova consciência social estava aparecendo em nossa sociedade. As forças que levaram à resposta das empresas às necessidades sociais incluíam o reconhecimento de que as empresas possuem outras responsabilidades além do lucro; o aumento do padrão de vida e de crescente pressão da opinião pública; a preocupação com a intervenção governamental; e a preocupação com a sobrevivência da empresa como uma instituição na sociedade.

Tradicionalmente, uma companhia era considerada “um bom cidadão corporativo” se atendesse determinadas responsabilidades básicas: (1) fornecer um produto ou serviço valorizado pela sociedade, (2) permanecer nas suas operações de negócios dentro dos limites da lei, e (3) empregar membros da comunidade local. No entanto, desde o início da década de 1960, tem havido uma crescente preocupação com a igualdade de oportunidades de emprego, a minimização da poluição e a utilização eficaz dos recursos da sociedade (EPSTEIN; FLAMHOLTZ; MCDONOUGH, 1976).

Ullman (1976) acrescenta que um Estado social moderno não se preocupa apenas com a medição da eficiência econômica, mas também com outros aspectos, como a justiça social, a oferta adequada de bens públicos, e as condições do ambiente físico e social. As normas contábeis vigentes não cumprem como devem o objetivo de informar sobre as atividades das empresas que afetam a sociedade. Esta crítica pode representar o início de uma mudança fundamental de paradigma. Nas últimas décadas, a interdependência entre as diferentes atividades sociais e entre diferentes regiões geográficas têm aumentado consideravelmente, principalmente devido a uma mudança impressionante na capacidade do homem (ULLMANN, 1976).

A primeira Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ocorreu em 1972, na cidade de Estocolmo. Na ocasião foram apresentados princípios para preservação e melhoria do ambiente. Alguns desses princípios se referem à forma pela qual o homem administra os recursos naturais, em função de suas demandas. Consta no documento que os ecossistemas estão sobrecarregados, correndo risco de esgotamento para as gerações futuras e que o “homem”, buscando o desenvolvimento econômico e social, tem obrigação de zelar pelo patrimônio natural (ONU, 1972). A Contabilidade Socioambiental é uma consequência de um ‘éthos’<sup>5</sup> em mudança que redefiniu a noção de sociedade de responsabilidade social de uma empresa, definido como as ações voluntárias das empresas que se preocupam com suas obrigações com seus acionistas.

À medida que uma entidade econômica cresce em força, acumula capital e seu poder se concentra em poucas mãos a exigência de um poder responsável torna-se cada vez mais direta. Assim, coube às corporações a indagação: como satisfazer a essa exigência atendendo aos diversos grupos de interessados? O surgimento da responsabilidade social e do convite à responsabilidade corporativa produziu uma necessidade de identificar, medir e informar sobre os impactos sociais e ambientais. O desenvolvimento da Contabilidade Socioambiental consiste em tentar satisfazer essa necessidade.

David Linowes (1968) afirmou que ‘Contabilidade Socioeconômica’ era uma ideia tão nova que não existia consenso na definição desse conceito. O trabalho em questão é referenciado por diversos autores (e.g. MATHEWS, 1997; GRAY, 2007) como um dos

---

<sup>5</sup> Éthos: conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região (HOUAISS, 2009).

primeiros a tratar da temática socioambiental na contabilidade. Numa definição inicial é apresentado o conceito como a aplicação da contabilidade no campo das ciências sociais, incluindo a sociologia, a ciência política e a economia (LINOWES, 1968).

Pouco depois, o desenvolvimento tecnológico já era citado por Sybil Mobley (1970) como fator de importância na mudança das práticas contábeis. Segundo o autor aumentavam tanto as oportunidades, quanto as responsabilidades das empresas. A contabilidade que havia se adaptado às empresas em seus esforços para aproveitar suas oportunidades, deveria fazer o mesmo com a sociedade, para assegurar que essas empresas assumissem suas responsabilidades. Algumas áreas específicas de interesse seriam a poluição ambiental, a desfiguração das comunidades, o exercício de posições de poder para explorar economicamente importantes segmentos da comunidade, da nação e do mundo, e o esgotamento de recursos naturais (MOBLEY, 1970).

A cada artigo publicado no início dos anos 1970 pode-se observar, primeiramente, os autores apresentarem uma definição para a Contabilidade Socioambiental, justificando que, por se tratar de algo emergente, ainda não havia na academia harmonia sobre o significado do termo. Para Mobley (1970) a contabilidade tradicional tinha sua preocupação limitada com consequências econômicas específicas, a Contabilidade ‘Socioeconômica’ ampliaria cada uma dessas áreas para incluir consequências sociais, bem como os efeitos econômicos que eram desconsiderados. Para o autor a CSA referia-se à ordenação, mensuração e análise dos efeitos sociais e econômicos do comportamento e empresarial.

Epstein, Flamholtz e McDonough (1976) usaram o termo “Auditoria Social” definindo como um compromisso com a avaliação sistemática e a elaboração de relatórios sobre as atividades próprias de uma empresa que tenham impacto social. Destina-se, tanto para propósitos de gestão interna quanto para *accountability*.

Tanto ideia como o conceito não haviam sido definidos claramente, não existia consenso. Até a década de 1980 não havia, também, uma segregação entre Contabilidade Social e Ambiental, era comum usarem os termos ‘*Social Accounting*’, ‘*Social Audit*’ ou ‘*Socio-Economic Accounting*’ em referência a ambas as vertentes.

Conforme aponta Mathews (1997) já nos primeiros trabalhos empíricos os autores tentavam desenvolver métodos para medir a incidência de divulgação de informações voluntárias pelas organizações. Frequentemente esses trabalhos eram pouco confiáveis pelos métodos utilizados, apresentavam-se desorganizados quanto à forma, além de serem subjetivos e sem base teórica.

Relacionando a Contabilidade Financeira com a Socioambiental, Belkaoui (1980) já afirmava que existiam evidências de que a grande maioria das partes externas exigem mais informações sobre os efeitos ambientais do comportamento organizacional. As demonstrações contábeis ‘socioeconômicas’ serão diferentes das convencionais, principalmente pela internalização e divulgação dos custos e benefícios sociais decorrentes da produção. Para o autor fortes evidências sugeriam que o conjunto de tais informações nos relatórios anuais eram significativos e crescentes (BELKAOUI, 1980). Por existirem evidências da associação entre o investimento da empresa em programas sociais e sua rentabilidade, de acordo com Belkaoui (1980), pode-se esperar que os investidores devessem investir quantidades diferentes de fundos em empresa cujas demonstrações financeiras mostram um aumento nos gastos de ‘consciência social’.

Um número expressivo de pesquisas de CSA teve seu curso no campo normativo. Linowes (1972), por exemplo, buscou quantificar em termos financeiros, a interação da organização com as pessoas, produtos e o meio ambiente. Considerado como uma contribuição conceitual seminal para a literatura Ramanathan (1976) propôs uma série de objetivos e conceitos para ‘contabilidade social’, alguns dos quais também englobaram as externalidades

ambientais. Outro exemplo embrionário pôde ser observado no estudo de Ullmann (1976), que apresentou um sistema contábil inteiramente dedicado ao meio ambiente. Em todos esses trabalhos a intenção em pauta, de modo óbvio, era determinar modelos de como deveriam ser tratados os aspectos sociais e ambientais.

Para alguns autores da Contabilidade Socioambiental da primeira década (1970) a moeda como unidade de medida contém limitações quanto aos aspectos sociais e ambientais. Os efeitos monetários de uma proposta podem ser anulados pelos efeitos não monetários. Os relatórios descritivos seriam a forma mais usualmente apresentada de relatórios, e variavam desde uma pequena seção no relatório anual, até publicações separadas sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Embora a informação quantificada pudesse ser fornecida às vezes, esta não se destinava a qualquer comparação, pois não existiam padrões amplamente divulgados e aceitos. Ainda na década de 1970, muitas empresas relatavam informações quantitativas sobre a RSC em seus relatórios anuais ou em suplementos desses relatórios. Algumas dessas empresas mensuravam seu desempenho em termos monetários, cuja principal vantagem seria a comparação dos dados históricos, ademais a moeda é a unidade padrão de medida nos negócios; e outras por meio de índices não monetários, pois acreditavam que tais medidas não seriam verificáveis, objetivas e úteis (EPSTEIN; FLAMHOLTZ; MCDONOUGH, 1976).

Outros apontamentos sobre deficiências graves nas abordagens de monetarização são feitos por diversos autores (LINOWES, 1972; DIERKES, 1974; BAUER, 1973, GRAY, 1973). A razão pela qual parece sem sentido tentar aplicar à contabilidade, como tradicionalmente concebida, para tratar as externalidades sociais e ambientais é que esta é delimitada pelos mesmos limites que a teoria dominante da economia de mercado, que tem seu âmago no mundo das transações. Mas os problemas que se busca cobrir pela contabilidade tornaram-se problemas, justamente, porque estavam fora do mundo das transações. Ademais, os custos financeiros envolvidos em um programa de responsabilidade social corporativa são mais fáceis de calcular do que os benefícios resultantes. Assim, as abordagens de entrada monetária são frequentemente escolhidas (ULLMANN, 1976). Essa mudança da unidade de medida, ainda hoje, é uma questão categórica ao se abordar a CSA.

Algumas companhias têm buscado adotar a sustentabilidade em suas práticas, a fim de manterem-se competitivas e, dessa forma, demandam mudanças na contabilidade para identificar como se relacionam com o ambiente externo. A Contabilidade, cujo objetivo traduz-se em refletir os eventos e as transações que afetam o resultado e a posição patrimonial, tem sido omissa sob o ponto de vista de expressar em valor monetário os efeitos da interação das empresas com os ecossistemas e a sociedade.

### **3. PERFIL DE PESQUISAS RECENTES**

A produção internacional em Contabilidade Socioambiental tem sido analisada por diversas perspectivas. Análises detalhadas da produção na área tem evidenciado um crescimento qualitativo no teor das pesquisas, robustez teórica e ampliação da interdisciplinaridade. Debates como teoria e prática, institucionalização, metodologias, influência política, regulação, programas de ensino e outros permeiam inúmeros *papers*.

Parker (2005) investigou e criticou a pesquisa em contabilidade socioambiental desde os anos de 1980. Além de revisitar dois importantes artigos na área, Mathews (1997) e Gray (2002), o autor apresenta o perfil das publicações em quatro periódicos acadêmicos interdisciplinares e em duas revistas especializadas. Os temas contabilidade ambiental, social e socioambiental são avaliados separadamente. De um total de 233 artigos, publicados nos seis

periódicos durante os anos de 1988 a 2003, foram encontradas as seguintes proporções para cinco jornais: questões ambientais (66%), responsabilidade social (25%), questões ambientais e responsabilidade social no mesmo artigo (9%). Apenas um jornal apresentou proporções diferentes, 41%, 37% e 22% respectivamente.

O autor destaca que a pesquisa em contabilidade social e ambiental ostenta uma comunidade internacional crescente e está estabelecida como um significativo fluxo acadêmico na literatura da pesquisa contábil. Ademais “suporta todas as legitimidades de investigação, desenvolvimento e discurso em teóricos, empíricos, esferas de política e prática” (PARKER, 2005, p.856).

Branco e Delgado (2009) exploraram o papel de pesquisas acadêmicas em contabilidade social, ambiental e socioambiental da Europa Meridional. A pesquisa que abrangeu o período de 1998 a 2008 e consultou base de dados eletrônicos de jornais internacionais concluiu que: i) o volume de pesquisas publicadas é baixo e bastante recente e divide-se uniformemente entre artigos empíricos e teóricos; ii) as pesquisas empíricas são preferencialmente qualitativas. Apenas 22 artigos de países europeus meridionais foram publicados sobre o tema em jornais internacionais, 10 deles versam sobre questões socioambientais e 09 sobre questões ambientais.

Os achados na produção nacional não têm sido muito diferentes do panorama internacional, no entanto, embora crescente a cada ano, o número de pesquisas em CSA ainda é pequeno no contexto brasileiro. Siqueira (2011) escolheu o período de 1971 a 2000, característico pelas mudanças nas demandas da sociedade, para avaliar a Revista Brasileira de Contabilidade a qual possui abrangência acadêmica e profissional. O pesquisador verificou que o número de artigos sob o tema socioambiental cresceu nos últimos dez anos analisados (1990-2000), período em que são encontrados 17 artigos publicados, os quais evidenciam também crescimento na qualidade das publicações. Siqueira pondera que o foco das pesquisas está mais em questões ambientais que nas sociais, fato que merece maior discussão dadas as injustiças sociais da atualidade.

Freitas et al. (2012) desenvolveram uma pesquisa bibliométrica para verificar a presença do tema contabilidade ambiental em três periódicos nacionais ligados a programas de doutorado em contabilidade. Dos 575 artigos presentes nestas revistas apenas 4% tratam do tema. Os pesquisadores verificaram que das poucas publicações encontradas ocupam lugar de destaque a incidência de pesquisas sobre a aplicabilidade e a evidenciação ambiental. Os autores concluem que a contabilidade ambiental não tem sido considerada como algo relevante, segundo eles as pesquisas mostram que as empresas desconhecem os benefícios da aplicação da Contabilidade Ambiental, utilizando-a apenas para amenização de danos.

Em um levantamento compreensivo da produção brasileira sobre Contabilidade Socioambiental, considerando 344 publicações (261 artigos em periódicos, 76 dissertações e 07 teses) entre 1998 e 2013, Zanchet (2014) apresenta a proporção das pesquisas que estudam fenômenos ambientais em CSA a partir de quatro categorias: a) Disclosure ambiental (52%); b) modelos contábeis ambientais (26%); c) modelos de gestão ambiental (18%); d) educação ambiental, estudos crítico-metodológicos e/ou críticos-epistemológicos (4%).

Segundo Zanchet (2014) o *disclosure* ambiental relaciona-se à comunicação aos usuários externos sobre o desempenho ambiental das empresas. Normalmente, discorre sobre conteúdos e formas de divulgação, avaliação entre divulgação e desempenho econômico e níveis de aderência a padrões normativos (voluntários). Na segunda categoria as pesquisas buscam compreender (propor) os modelos contábeis ambientais, analisando como os fenômenos ambientais são (deveriam ser) retratados. Os trabalhos sobre modelos de gestão ambiental “tratam de descrições, avaliações e proposições de dispositivos normalmente ao apoio de atividades de gestão ambiental” (ZANCHET, 2014, p.121). A última categoria envolve estudos direcionados a analisar características da produção de CSA e educação ambiental.

#### 4. DIREÇÕES FUTURAS PARA A PESQUISA EM CSA

Dentre os apontamentos sobre caminhos a seguir Epstein, Flamholtz e McDonough (1976) direcionaram algumas possibilidades introdutórias para a área. Para os autores precisava-se saber mais sobre: as áreas de interesse social das corporações; as abordagens de mensuração que estão sendo usadas; os tipos de relatórios e formatos; a extensão que as empresas estão usando a ‘Contabilidade Social’ para a tomada de decisão e avaliação de desempenho em diferentes níveis da organização; o público para o qual os relatórios estão sendo abordados e as finalidades desses relatórios sociais; e, por último, o grau em que as empresas têm tentado institucionalizar o ponto de vista social.

Muitas empresas têm desistido dos relatórios sociais por falta de técnicas de mensuração confiáveis. Com a pesquisa continuada sobre os problemas mencionados acima, a CSA pode continuar a fornecer informações sobre o desempenho social e ambiental das empresas para ajudar em ambas as decisões: internas e externas.

Além disso, novas propostas de relatórios econômicos financeiros proporcionariam melhoria na qualidade da informação contábil, tendo em vista a necessidade de conferir sustentabilidade aos negócios. De forma coerente com esse pensamento, ao buscar o entrosamento de outras áreas do conhecimento, para compreender melhor a questão socioambiental nos processos de tomada de decisões, pode-se contribuir com um aumento da interdisciplinaridade na Ciência Contábil.

Mathews (1997) ao discutir os rumos da Contabilidade Socioambiental levanta a seguinte questão: Por que a contabilidade social e ambiental ainda não foi amplamente aceita pela academia de contabilidade tradicional? Os prováveis motivos, segundo o próprio autor seriam: (i) Paradigma normativo não está na moda; (ii) Metodologia empregada na tentativa de responder a questões empíricas é subdesenvolvida e, portanto, os resultados são triviais e /ou não confiáveis; (iii) Trabalhos sobre evidenciação não testam às hipóteses baseadas na teoria da agência e não estão diretamente relacionados com os mercados de capitais; (iv) o tipo de trabalho empírico de CSA não se encaixa com a pesquisa *mainstream* exigida em muitas das principais instituições acadêmicas; (v) os acadêmicos envolvidos na pesquisa em CSA são muitas vezes críticos ao *status quo*.

Conforme explica Cintra (2011), a contabilidade, como provedora de informações relevantes para decisões, mantendo o privilégio de seus relatórios aos usuários primários (investidores e credores) com base em sua hegemonia econômica, não está alinhada aos objetivos de qualidade ambiental e justiça social. Nesse sentido, é evidente que para minimizar essa distorção, incluindo outros *stakeholders*, são necessários modelos apropriados para divulgação de informações mais transparentes e completos, que considerem questões sociais e ambientais. Não restam dúvidas sobre a grande importância para quase todas as empresas de sua dependência dos serviços ecossistêmicos e dos impactos que provocam no meio ambiente. Torna-se necessário, contudo, o desenvolvimento de ferramentas para medir o valor desses serviços e integrá-lo na tomada de decisões empresariais.

O crescimento do número de pesquisas sobre a Contabilidade Socioambiental e a sustentabilidade sinaliza o reconhecimento da importância do tema nos últimos anos. A divulgação tem sido bastante tratada no meio acadêmico, todavia, pouco se tem discutido sobre a mensuração dos efeitos da interação da empresa com o meio ambiente. Conforme explicita Ribeiro (2012, p.2) “considerando a tríade: identificar, mensurar e divulgar [...] há uma lacuna a ser preenchida pelos profissionais de contabilidade”, nitidamente, a mensuração. Ainda segundo a autora, as informações precisam progredir de qualitativas para quantitativas, e o meio

adequado para tal seria procurando a interdisciplinaridade para obter os elementos necessários à identificação e mensuração desses eventos (RIBEIRO, 2012).

De modo geral, as pesquisas indicam a necessidade de desenvolvimento de trabalhos futuros que busquem:

- a) Discutir novas teorias e metodologias para analisar os relacionamentos entre as empresas e o meio ambiente (PFITSCHER, 2004);
- b) Analisar a interface entre os sistemas de gestão ambiental e a contabilidade gerencial; o relacionamento entre CSA e estratégias ambientais e sociais, avaliação de desempenho, auditoria ambiental e social, responsabilidade social e ambiental em setores nos distintos setores industriais (PARKER, 2005);
- c) Análises que orientem a relação custo *versus* benefício nas decisões de investimento socioambientais (FREGONESI, 2009);
- d) Compreender com maior profundidade o papel da controladoria, por meio de comparação de processos de controle gerencial, na mensuração, controle e divulgação da sustentabilidade (CINTRA, 2011);
- e) Contribuir para um melhor entendimento do valor que práticas sustentáveis geram para as empresas, por meio do aprofundamento em modelagens econômicas para valoração dos serviços ecossistêmicos (CARIDADE, 2012).

Além destas direções futuras para pesquisa é salutar registrar uma direção intrigante e incomum entre as apresentadas por pesquisadores da área, a qual é indicada por Mathews (1997) após revisar um período de vinte e cinco anos (1971-1995) de pesquisas em contabilidade socioambiental: descobrir as razões pelas quais a gestão autoriza a contabilidade produzir informações sociais e ambientais, mesmo quando a profissão contábil não mostra qualquer interesse. O autor considera que algumas das possíveis razões seriam o contrato social, a legitimidade organizacional e a tentativa de tenta impressionar os mercados de capitais, mas acredita que existam outros fatores motivacionais.

## **5. PARADIGMAS E A CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Para Kuhn (1998), a pesquisa científica é orientada não apenas por teorias, uma coleção de leis e conceitos, mas por algo mais amplo, o paradigma, uma espécie de "teoria ampliada", formada por leis, conceitos, modelos, analogias, valores, regras para a avaliação de teorias e formulação de problemas, princípios metafísicos e ainda pelos exemplares, que são "soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames ou no fim dos capítulos dos manuais científicos" (KUHN, 1998, p.232).

Martins (2012, p.52), sobre a definição de paradigma, explica que o termo pode ser compreendido como "sinônimo de uma possível forma congruente de opções feitas em todos os níveis da estrutura da pesquisa". Representam, portanto, o cerne da estrutura de pesquisa, servindo de alicerce para a criação de conhecimento.

A ideia da matriz disciplinar surgiu quando Kuhn buscava uma alternativa explicativa e, ao mesmo tempo, substitutiva para o conceito científico conhecido como paradigma. A partir de então, estes dois termos assumiram grande relevância em trabalhos científicos. De forma sintética, ambas as expressões são estruturas amplas que buscam concentrar em si os diferentes elementos que se apresentam como primordiais à construção do conhecimento científico e, portanto, do próprio desenvolvimento da Ciência como campo do saber (KUHN, 1998).

No campo das Ciências Contábeis, senão nas ciências sociais aplicadas de forma ampla, podem-se encontrar três matrizes disciplinares ou abordagens, também designadas comumente como paradigmas, ou categorias de pesquisas, quais sejam: o positivismo, o interpretativismo e a teoria crítica. Essa classificação é útil para indicar a natureza e a gama de abordagens alternativas, todavia não se pode afirmar que todas as pesquisas poderiam ser classificadas adequadamente em uma destas categorias (RYAN; SCAPENS; THEOBOLD, 2002).

O positivismo é atualmente o paradigma dominante na pesquisa contábil, tanto no Brasil como internacionalmente, daí a referência deste como o *mainstream*. Nessa abordagem, a lógica e a matemática seriam válidas porque estabelecem as regras da linguagem, constituindo em um conhecimento *a priori*, ou seja, independente da experiência. Em contraste, o conhecimento factual ou empírico deveria ser obtido a partir da observação, por um método conhecido como indução (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDS-ZNAJDER, 1998).

Para o positivismo, as sentenças que não pudessem ser verificadas empiricamente estariam fora da fronteira do conhecimento, seriam sentenças sem sentido. Nas Ciências Contábeis os principais exemplos de pesquisas nesse paradigma tratam da relevância da informação contábil, do conservadorismo, do gerenciamento de resultados e da tempestividade das informações contábeis (MARTINS, 2012).

As pesquisas contábeis do *mainstream* estão fundamentadas em um conjunto comum de pressupostos filosóficos sobre o conhecimento, o mundo empírico e do relacionamento entre a teoria e a prática. Esta visão de mundo particular, com sua ênfase no hipotético-dedutivo e controle técnico, possui alguns pontos fortes, mas restringiu o leque de problemas estudados e do uso de métodos de pesquisa (CHUA, 1986). Ao alterar este conjunto de pressupostos, são obtidas diferentes e potencialmente ricas descobertas de pesquisa. Duas visões de mundo alternativas e suas suposições subjacentes podem ser elucidadas - a interpretativa e a crítica

Como uma resposta aos problemas do positivismo, principalmente no que diz respeito à exclusão do sujeito das observações do mundo social, nasce no mundo científico o paradigma interpretativista. A inquietação dessa matriz disciplinar não é explicar ou analisar os fenômenos a partir de leis ou relações causais, pois o indivíduo e os fenômenos sociais não respondem a estímulos de forma linear. Assim, admite-se que a complexidade emergente da produção de sentido humano e a natureza distinta do mundo social não podem ser entendidas da mesma forma que o mundo natural e físico.

Para Alves e Barbosa (2013) pode-se considerar o interpretativismo como sendo construtivista, visto que o conhecimento é construído a partir de interações entre as pessoas dentro de um contexto social. De acordo com Martins (2012) as metodologias empregadas nesse paradigma são muito distintas, dentre as quais se podem citar a hermenêutica, o interacionismo simbólico e a fenomenologia.

Seria insensato sustentar que existe uma teoria universal que efetivamente explica e prevê todas as diferenças sociais, culturais e éticas observadas no mundo. Em contraste com os aspectos das perspectivas tradicionais, a pesquisa interpretativa é dirigida a descrever, traduzir, analisar e de outra forma inferir os significados de eventos ou fenômenos que ocorrem no mundo social (BAKER; BETTNER, 1997).

No terceiro paradigma a palavra crítica assume pelo menos dois sentidos distintos. Se refere a crítica interna – focaliza-se aí o raciocínio teórico e os procedimentos de seleção, coleta e avaliação dos dados, buscando a consistência lógica entre os argumentos, procedimentos e linguagem. O outro sentido diz respeito à ênfase na análise das condições de regulação social, desigualdade e poder. Dessa forma, segundo Alves-Mazzotti e Gewandzajder (1998) a ênfase é dada ao papel da ciência na transformação da sociedade, embora a forma de envolvimento do cientista nesse processo seja o debate.

A diferença da teoria crítica consiste na motivação política dos pesquisadores e nas questões sobre desigualdade e transformação. Emprega premissas epistemológicas e ontológicas do interpretativismo, todavia questiona os valores e estruturas sociais convencionais e direciona argumentos sobre como deveriam ser, aproximando-se do normativismo.

Sob o ponto de vista da teoria crítica a pesquisa em contabilidade vai além do questionamento de métodos específicos, enfoca o papel da contabilidade na sustentação das posições privilegiadas de quem está no controle dos recursos (capital). Nessa abordagem os pesquisadores procuram realçar o papel fundamental da contabilidade na sociedade. Desafia-se a visão de que tal ciência possa ser interpretada com um objetivo neutro, de forma adversa, a contabilidade é vista como um meio de construir ou legitimar estruturas sociais particulares (DEEGAN, 2000). O Quadro 1 resume os paradigmas aplicados à contabilidade:

<b>1. Crenças sobre o conhecimento</b>	
<i>Positivismo</i>	Teoria e observação são independentes uma da outra, métodos quantitativos são preferidos por proporcionar uma base para generalizações.
<i>Interpretativa</i>	Teoria deve fornecer explicações sobre as intenções humanas. Avaliada pela consistência lógica e de acordo com as interpretações do senso comum.
<i>Crítica</i>	Critérios para julgar teorias são temporais e ligados ao contexto. Objetos sociais são entendidos por meio do estudo de sua evolução histórica.
<b>2. Crenças sobre a realidade física e social</b>	
<i>Positivismo</i>	Realidade empírica é objetiva e externa ao sujeito. Atores são objetos passivos, que racionalmente possuem objetivos assumidos.
<i>Interpretativa</i>	A realidade é socialmente criada por meio da interação humana. A ação humana é intencional e tem significado ligado ao contexto social e histórico.
<i>Crítica</i>	Realidade empírica é caracterizada como objetiva, por relações reais, mas é transformada e reproduzida através da interpretação subjetiva.
<b>3. Relação entre a teoria e a prática contábil</b>	
<i>Positivismo</i>	Contabilidade está preocupada com os meios e não fins, e as estruturas institucionais existentes são aceitas como um dado.
<i>Interpretativa</i>	Teoria contábil procura explicar a ação e entender como a ordem social é produzida e reproduzida.
<i>Crítica</i>	A teoria tem um imperativo crítico: a identificação e remoção de dominação e práticas ideológicas.

**Quadro 1:** Categorias da pesquisa contábil.

Fonte: Adaptado de RYAN; SCAPENS; THEOBOLD (2002).

Como exemplo de pesquisa em CSA na matriz disciplinar dominante destaca-se o artigo de Belkaoui (1980). Por meio de um experimento, o autor analisou o impacto de informações ambientais para decisões de investimento em ações. Os resultados mostraram que, os vários tratamentos contábeis para as informações de controle de poluição tiveram efeito sobre decisões de investimento de grupos distintos de *stakeholders*. O efeito foi mais significativo com os banqueiros em qualquer política de investimento – para dividendos em curto prazo ou para ganhos de capital. Para os contadores, constituintes da amostra, a reação à informação somente ocorreu quando adotavam uma proposta visando ganhos de capital, enquanto os alunos não percebem a importância da informação de redução de custos de poluição (BELKAOUI, 1980).

Ilustra-se a vertente qualitativa, especificamente a pesquisa interpretativa, com um artigo do *Social Responsibility Journal*. Com o objetivo de ilustrar o papel dos contadores e da

contabilidade na sustentabilidade Çalışkan (2014) efetuou uma revisão de literatura em profundidade. O artigo não contém pesquisa empírica e foi realizado usando bancos de dados on-line de editores científicos selecionados. Para o autor há uma falta de definição da relação entre o conceito de sustentabilidade e a contabilidade, além disso, são discutidas possíveis soluções para superar os problemas que criam desafios à contabilidade. O trabalho busca preencher a lacuna na literatura contábil e sustentabilidade, sugerindo uma credencial de “*Certified Sustainability Accountant*”, especializado para lidar com os problemas técnicos de contabilidade que são relacionados com a sustentabilidade.

Na pesquisa crítica diversos artigos de Rob Gray, poderiam servir de exemplo de pesquisa em CSA nesse paradigma. Tinker e Gray (2003) discutem a sustentabilidade – no sentido de um sistema de justiça social profundamente arraigada e uma repartição justa e responsável e uso de recursos ecológicos – e a filosofia política que seria necessária para efetuar uma mudança. Para os autores, declarações políticas formais e que apelam à moralidade, são vistos como inadequados. Vários exemplos de tentativas de formar laços orgânicos são proporcionados para ilustrar o uso da práxis como uma metodologia de intervenção. São demonstradas evidências de cumplicidade por parte da Contabilidade, contribuindo para sustentação da injustiça, bem como de uma crescente cumplicidade na supressão da academia no interesse dos negócios.

Para Gray (1999) a pesquisa em Contabilidade Socioambiental deve ser autônoma, careceria romper com o *status quo* e seguir por uma base própria. Zanchet (2014) acrescenta que a falta de debates políticos-ideológicos dificulta a compreensão das diversas vertentes da CSA que demandam estudos. Seria necessário à área contestar o positivismo e, considerando o relevante papel dos valores e ideologias, direcionar-se para pesquisas críticas. A pesquisa crítica também pode ser interpretativa, mas difere desta, pois adota um ponto de vista particular sobre a questão de pesquisa, ou seja, não pretende tomar uma posição neutra.

## 6. UMA NOVA TRADIÇÃO DE PESQUISA?

Ao se buscar uma reflexão sobre a tradição em pesquisa torna-se necessário compreender a Contabilidade Socioambiental de forma ampla, conforme definida por Gray (2010), que usa o termo ‘*Social Accounting*’<sup>6</sup>. Para o autor a CSA refere-se contabilidade, *accountability*, reporte, auditoria, investimento e gestão enfocados nas questões sociais, ambientais, de ética, responsabilidade e sustentabilidade. Diante da enorme variedade e importância das questões que se enquadram no âmbito da CSA, Gray (2010) reforça que a disciplina demanda um programa de pesquisa mais rigoroso e, desconfortavelmente, mais radical. De tal modo, dever-se-ia encurtar a afeição por abordagens de pesquisa mais processuais, como a “ciência normal”.

A contabilidade socioambiental demanda em seu desenvolvimento de uma interdisciplinaridade, de forma mais robusta se comparada à contabilidade tradicional, que pouco a explora formalmente. A literatura de CSA se delinea amplamente por todas as disciplinas da contabilidade e suas relações. Acumula, então, percepções da teoria de sistemas, desenvolvimento internacional, desenvolvimento sustentável, ecologia e ciências naturais (GRAY, 2010).

O que caracteriza uma tradição de pesquisa para Ryan, Scapens e Theobald? O que inclui determinada pesquisa em um ou outro paradigma ou categoria de pesquisa? O que

---

<sup>6</sup> I shall be focusing upon what is generally called social and environmental (and sustainability) accounting and what I shall refer to as “social accounting” (GRAY, 2010, p.12).

esperam os pesquisadores para o futuro da CSA a torna uma questão de pesquisa ou a mantém dentro das existentes? O Quadro 2 mostra como estes questionamentos podem ser respondidos a partir das características apresentadas.

<b>Tradição de Pesquisa</b>	<b>Início da Pesquisa</b>	<b>Objetos/Áreas de pesquisa</b>	<b>Metodologia</b>
<b>Finanças</b>	Disciplina acadêmica desenvolvida nos últimos 50 anos ou mais	- estrutura de capital; - preço das ações; - eficiência de mercado de capital	Positivista
<b>Contabilidade Financeira</b>	Disciplina acadêmica desenvolvida no último século ou mais	- práticas contábeis; - teoria e prática contábil; - utilidade da informação;	- abordagem <i>mainstream</i> : normativa ou positiva
<b>Contabilidade Gerencial</b>	Disciplina acadêmica desenvolvida nos últimos 50 anos ou mais	- necessidade dos gerentes; - tomada de decisões.	- abordagem <i>mainstream</i> : normativa ou positiva; - abordagem alternativa: interpretativa ou crítica
<b>Contabilidade Socioambiental</b>	Disciplina acadêmica desenvolvida nos últimos 40 anos, com maior crescimento na década de 1990.	- impactos sociais e ambientais (positivos e negativos) das atividades empresariais	- abordagens normativa, positiva, interpretativa e crítica.
<b>Tradição de Pesquisa</b>	<b>Pressupostos Teóricos</b>	<b>Framework para contornos da pesquisa</b>	<b>Características Básicas</b>
<b>Finanças</b>	Teorias neoclássicas da economia.	Agentes econômicos racionais; mercados financeiros perfeitamente competitivos; informação disponível livremente	Modelos teóricos que são testados pelo confronto de hipóteses.
<b>Contabilidade Financeira</b>	- <i>mainstream</i> : teorias neoclássicas da economia; teorias comportamentais	- Alterações nas Normas de contabilidade; Qualidade informacional.	- Indutivismo empírico; - Dedutivismo-hipotético
<b>Contabilidade Gerencial</b>	- <i>mainstream</i> : teorias neoclássicas da economia; teorias da psicologia cognitiva; teorias organizacionais; - alternativa: teorias sociais	- <i>Mainstream</i> : Certeza $x$ incerteza; custo da informação; proprietário $x$ tomador de decisão; racionalidade $x$ irracionalidade; - alternativa: práticas sociais como fenômenos construídos	- <i>mainstream</i> : Raciocínio dedutivo dos pressupostos da economia neoclássica; modelos matemáticos; - alternativa: estudo das práticas sociais
<b>Contabilidade Socioambiental</b>	- Sem orientação teórica clara;	- Sustentabilidade; - Responsabilidade Social	- Dedutivismo-hipotético - alternativa: estudo das práticas sociais

**Quadro 2:** Características das tradições de pesquisa

Fonte: elaborados pelos autores.

Sem embargo dos inúmeros benefícios provenientes da pesquisa positiva em contabilidade, fortemente ancorada nos métodos e teorias da economia neoclássica, essa matriz disciplinar limita os tipos de problemas estudados e a análise sob outras perspectivas. A abordagem *mainstream* não é capaz de abordar ramificações ambientais e sociais da contabilidade, que demanda métodos alternativos. Conforme aponta Zanchet (2014) são necessárias diferentes visões de mundo, que podem enriquecer e ampliar a prática de pesquisa. Revisões críticas da literatura em CSA (e.g. GRAY, 2007, 2010; MATHEWS, 1997) sugerem a necessidade de novas perspectivas para a expansão do conhecimento na área.

As observações mencionadas permitem despontar que a CSA têm condições para se firmar como uma nova tradição de pesquisa, apesar de ser um campo recente. Coaduna os mesmos pilares da contabilidade tradicional, navegando pelas três matrizes disciplinares (paradigmas). Trata-se de uma especialização, um conjunto de informações que exige novas capacidades e interlocuções com outras áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M.; BARBOSA, C. Nem só de Debates Epistemológicos Vive o Pesquisador em Administração : Alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico. p. 636–651, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2a ed ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1998. p. 204

BAKER, C. C. R.; BETTNER, M. S. M. Interpretive and Critical Research in Accounting: a Commentary on Its Absence From Mainstream Accounting Research. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 8, p. 293–310, 1997.

BELKAOUI, A. The impact of Socio-Economic Accounting Statements on the investment decision: an empirical study. **Accounting, Organizations and Society**, v. 5, n. 3, p. 263–283, 1980.

BERLE, A. A.; MEANS, G. C. **The Modern Corporation and Private Property**. [s.l.: s.n.]. v. 21p. 380

CARIDADE, A. V. DA S. **Estratégias corporativas para a sustentabilidade: estudos de casos múltiplos**. [s.l.] USP, 2012.

CHUA, W. F. Radical developments in accounting thought. **Accounting Review**, v. 61, p. 601–632, 1986.

CINTRA, Y. C. **A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil**. [s.l.] USP, 2011.

CONFERENCE, N.; ENVIRONMENT, H. Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment , Stockholm 1972. **United Nations Environment Programme**, v. UN Doc., A, p. 77, 1972.

EPSTEIN, M.; FLAMHOLTZ, E.; MCDONOUGH, J. J. Corporate Social Accounting in the United States of America: State of art and future prospects. **Accounting, Organizations and Society**, v. 1, n. 1, p. 23–42, 1976.

FREGONESI, M. S. F. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?**. [s.l.] USP, 2009.

- GRAY, R. The Social Accounting Project and Accounting Organisations and Society : Privileging Engagement , Imaginings , New Accountings and Pragmatism over Critique ? **Centre for Social and Environmental Accounting Research**, n. December, p. 65–71, 1999.
- GRAY, R. Taking a Long View on What We Now Know About Social and Environmental Accountability and Reporting. **Issues in Social and Environmental Accounting**, v. 1, n. 2, p. 169–198, 2007.
- GRAY, R. A re-evaluation of social, environmental and sustainability accounting. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 1, n. 1, p. 11–32, 3 jul. 2010.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5a. ed. [s.l.] Editora Perspectiva, 1998. p. 1–258
- LINOWES, D. F. Socio-Economic Accounting. **The Journal of Accountanc**, p. 37, 1968.
- MARTINS, E. A. **Pesquisa Contábil Brasileira: uma análise filosófica**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2012.
- MATHEWS, M. R. Twenty-Five Years of Social and Environmental Accounting Research. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 481–531, 1997.
- MOBLEY, S. C. The Challenges of Socio-Economic Accounting. **The Accounting Review**, n. November 1968, p. 762–769, 1970.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 318
- PFITSCHER, E. **Gestão e Sustentabilidade Através da Contabilidade e Controladoria Ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico**. [s.l.] UFSC, 2004.
- RIBEIRO, M. DE S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. p. 4–17, 2012.
- RYAN, B.; SCAPENS, R. W.; THEOBOLD, M. Research Method and Methodology in Finance and Accounting. In: **Research Methods in Finance and Accounting**. 2a. ed. [s.l.] South-Western, 2002.
- SMITH, M. **Research Methods in Accounting**. London: SAGE Publications, 2003.
- TINKER, T.; GRAY, R. Beyond a critique of pure reason: From policy to politics to praxis in environmental and social research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 16, n. 5, p. 727–761, dez. 2003.
- ULLMANN, A. A. The corporate environmental accounting system: A management tool for fighting environmental degradation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 1, n. 1, p. 71–79, 1976.
- ZANCHET, A. **Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em Contabilidade Ambiental no Brasil**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2014.

